



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001860-48.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Beatriz Ferrari Garbulho**
 Requerido: **Garbulho e Garbulho Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Beatriz Ferrari Garbulho, representada por sua mãe Ana Luiza Ferrari Silva, propôs a presente ação contra a ré Garbulho e Garbulho Ltda., requerendo: a) a condenação da ré no pagamento de indenização por danos materiais, correspondente ao valor das pensões que a ré deixou de descontar dos vencimentos do funcionário Marcelo Augusto Garbulho, no período compreendido entre março de 2011 até a data do efetivo pagamento, devendo a ré ser compelida a exibir os recibos de pagamento do referido funcionário; b) a condenação da ré no pagamento de indenização por danos morais, em valor equivalente a 50 salários mínimos.

A ré foi citada pessoalmente na pessoa de seu representante legal às folhas 49, todavia, não ofereceu resposta (folhas 50), tornando-se revel.

Após nova manifestação da autora às folhas 55, o Ministério Público manifestou-se às folhas 67/68, opinando pela procedência do pedido.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 330, II, do Código de Processo Civil.

Aduz a autora que ajuizou ação de alimentos em face de seu genitor Marcelo Augusto Garbulho, cujo feito tramitou pela 2ª Vara Cível desta Comarca, fixando-se os alimentos provisórios em valor equivalente a 1 salário mínimo, a contar da citação. O ofício determinando o desconto da pensão em folha de vencimentos de Marcelo Augusto Garbulho foi recepcionado pela ré em dezembro de 2009 por Patrícia Garbulho. Foi


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

certificado naquele processo que, não obstante o recebimento do ofício, a ordem de desconto não havia sido cumprida pela ré, sendo designada audiência para oitiva da representante da empresa, ora ré, que foi a responsável pelo recebimento do ofício. No termo de audiência restou consignado que a representante da ré se comprometeu em regularizar os descontos e os depósitos na conta corrente da representante legal da autora no prazo de três dias. Os descontos e os depósitos passaram a ser feitos, todavia, após a prolação da sentença e a expedição de novo ofício determinando o desconto da pensão em valor equivalente a 1/3 dos rendimentos integrais, a ré, a partir de março de 2011, deixou de efetuar os descontos e os depósitos. Após diligências realizadas naqueles autos, o oficial de justiça constatou que Marcelo continuava trabalhando na empresa ré, restando claro o descumprimento da ordem judicial, razão pela qual deve a ré ser responsabilizada. Assim, pretende a condenação da ré no pagamento de indenização por danos materiais, desde março de 2011 até a data do efetivo pagamento, bem como no pagamento de indenização por danos morais.

Ao deixar de contestar o pedido, a ré admitiu como verdadeiros os fatos alegados pela autora, nos termos do artigo 319 do Código de Processo Civil.

Ademais, a ré causou à autora prejuízo de ordem material ao deixar de proceder aos descontos da folha de vencimentos de Marcelo Augusto Garbulho, ao que consta, filho do proprietário da ré (**confira folhas 3, segundo parágrafo**), possuindo responsabilidade extracontratual passível de indenização.

Nesse sentido:

9154269-05.2004.8.26.0000 Indenização por perdas e danos. Ação contra a empresa que, apesar da ordem judicial, não realizou o desconto em folha de pagamento dos valores referentes à pensão alimentícia devida por funcionário a filho menor, e que dessa omissão experimentou prejuízo. Mantida a determinação de ressarcimento que decorre dessa responsabilidade porém com acolhimento do recurso para acerto (Relator(a): Teixeira Leite; Comarca: São Vicente; Órgão julgador: 4ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 11/09/2008; Data de registro: 29/09/2008; Outros números: 3587264400)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Procede, pois, o pedido de condenação da ré no pagamento de indenização por danos materiais em valor equivalente a 1/3 dos rendimentos mensais integrais do funcionário Marcelo Augusto Garbulho (salário base, horas extras, adicionais e outras vantagens pecuniárias, inclusive gratificação natalina, deduzindo-se apenas o salário de contribuição), desde o mês de março de 2011 até a data do efetivo pagamento, com atualização monetária a partir de cada pensão vencida e não descontada e depositada, e juros de mora a partir da citação.

De outra banda, o pedido de condenação da ré no pagamento de indenização por danos morais não comporta acolhimento, tendo em vista que os argumentos trazidos pela autora não ultrapassaram a esfera do mero aborrecimento.

Diante do exposto, acolho, em parte, o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar a ré no pagamento de indenização em favor da autora, a título de danos materiais, em valor equivalente a 1/3 dos rendimentos mensais integrais do funcionário Marcelo Augusto Garbulho (salário base, horas extras, adicionais e outras vantagens pecuniárias, inclusive gratificação natalina, deduzindo-se apenas o salário de contribuição), desde o mês de março de 2011 até a data do efetivo pagamento, com atualização monetária a partir de cada pensão vencida e não descontada nem depositada, acrescida de juros de mora a partir da citação.

Sucumbente, condeno a ré no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% do valor da condenação, ante a ausência de complexidade.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C. Ciência ao Ministério Público.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 28 de setembro de 2015.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**